



REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO

REFLECTIONS ON THE CONCEPT OF TERRITORY

Mariane Freiesleben
mariane@ifto.edu.br

Resumo

Este artigo considera as evidências dos conceitos de território, refletindo sob as lentes do conceito de cidadania, por meio de pesquisa bibliográfica. Inicia-se com uma introdução e explicação sobre o estudo, além de uma interpretação do termo território, comparando a visão de vários autores para em seguida explorar principalmente suas interações entre os seres humanos com o espaço, pois entre um efeito e suas causas, uma resultante e seus elementos, há sempre uma distância. Este viés permite explorar análises mais específicas oriundas do conceito de território e suas implicações, explanando termos como territorialidade, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade. Conclui-se que, partindo de uma perspectiva sobre a evolução das ideias e dos termos na construção de uma concepção, quando a caracterização confundiu-se com o espaço foi necessário apropriar-se de outros elementos como é o caso da noção de multiterritorialidade entre outros, demonstrando que o estudo sobre os conceitos estão em constante progressão e reformulação.

Palavras-Chave: Território, Territorialidade, Territorialização, Desterritorialização; Multiterritorialidade.

Abstract

This article considers the evidences of the concepts of territory, reflecting under the lens of the concept of citizenship, through bibliographical research. It begins with an introduction and explanation of the study, in addition to an interpretation of the term territory, comparing the view of several authors to then explore mainly their interactions between humans and space, because between an effect and its causes, a and its elements, there is always a distance. This bias allows us to explore more specific analyzes derived from the concept of territory and its implications, explaining terms such as territoriality, deterritorialization, reterritorialization and multiterritoriality. It is concluded that, starting from a perspective on the evolution of the ideas and the terms in the construction of a conception, when the characterization was confused with the space it was necessary to take ownership of other elements as it is the case of the notion of multiterritoriality among others, demonstrating that the study on the concepts are in constant progression and reformulation

Keywords: Territory, Territoriality, Territorialization, Deterritorialization; Multiterritoriality.

Introdução

O termo território pode evidenciar a extensão territorial pertencente a um país. Este seria o conceito utilizado de forma mais comum, porém, com uma reflexão mais profunda, nas recordações das brincadeiras de criança, é possível lembrar as disputas dos territórios do

brincar. E por meio da analogia legitimar a comparação, que por sua vez é o único meio prático que dispomos para tornar as coisas inteligíveis. Além disso, a vida coletiva, assim como a vida mental do indivíduo, é feita de representações.

O todo se forma pelo agrupamento das partes, ocorrendo uma infinita série de intermediários, onde o estado de isolamento puro e o estado de associação se caracterizam, assim observando a vida dos animais, verificamos que, embora denominados não racionais, demonstram atitudes comparáveis ao sentimento de pertencimento, onde o território significa propriedade particular do macho para procriar. Também ao assistir os jornais observamos as disputas territoriais que ocorrem entre os traficantes, pelo ponto de venda da droga, como também entre o poder do Estado e os traficantes pelo controle da favela, teoricamente território do Estado, mas cumprindo com uma função de território dos traficantes. Não esquecendo a favela, território esquecido pelo Estado, mas orgulho de uma comunidade, que se apropria do espaço, constrói e quando se depara com a ordem de despejo, não compreende o motivo da violência, da perda do território construído por todos.

Souza (2007) faz uma análise sobre sociedade indígena em busca do seu território tradicional, evidenciando o simbolismo do território para determinada cultura. Este fato, somado aos demais expostos nos levam a reflexões diversas sobre quais seriam os conteúdos do território, do que se constituiriam quais os objetos e ações que o animam e qual o seu uso e as implicações deles resultantes? Essas e outras questões serão brevemente tratadas como forma de iniciar estudos sobre a temática, não se tendo a pretensão de esgotá-los, apenas fomentá-los, pois para que a ciência avance cada um deve se ater a uma série particular de problemas.

O que é Território?

O termo território possui um sentido amplo. A raiz do termo é encontrada no Império Romano e até o século XVII representava a zona que circunda uma cidade. Com o Tratado da Westphalia (1648), cada Estado passou a ser soberano em seu território (CATAIA, 2011). Percebe-se que os conceitos possuem uma duração histórica e devem ser repensados constantemente como conceitos operacionais sujeitos a análise dos fenômenos.

De acordo com Sousa (1995, p. 85) para a Geografia, a discussão sobre esse que constitui um de seus objetos de estudo, somente ocorre após 1970, mediante matriz Marxista e Histórico-Dialética¹, inclusa em uma pluralidade metodológica, pertencendo a corrente da

³ O Marxismo é baseado na concepção materialista e dialética da História, interpreta a vida social conforme a dinâmica da base produtiva das sociedades e das lutas de classes daí consequentes.

Geografia Crítica, Pós-Modernas e Humanista. O primeiro pensador que fundamentou um conceito para território foi alemão Ratzel (1974, apud SOUSA, 1995, p. 85):

O Estado não é, para nós, um organismo meramente porque ele representa uma união do povo vivo como solo (Boden) imóvel, mas porque essa união se consolida tão intensamente através de interação que ambos se tornam um só e não podem mais ser pensados separadamente sem que a vida venha a se evadir.

Pode-se afirmar que Ratzel, entende território como sinônimo de Estado e que a efetivação deste fenômeno inicia-se com a apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo de pessoas. Outro importante pensador que conceitua território é Raffestin (1993, apud BORDO et al, 2005, p. 2):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...].

Verifica-se aí uma ênfase político-administrativa, descrevendo-se o território como sinônimo de espaço social. Contribuição importante às discussões conceituais de território são desenvolvidas por Santos (1985, apud BORDO et al, 2005, p. 7) ao afirmar que “a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais”. Expressa território como um nome político do espaço do país, que é construído ao longo do tempo e transformado de acordo com as técnicas e tecnologias que o país utiliza. E Andrade (1995, apud BORDO et al, 2005, p. 5) alerta para que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas.

Conforme exposto, Andrade faz uma abordagem política e econômica da ocupação, deixando claro que não se confundem o conceito de território com o de lugar, pois, sob o viés do observador, este pertence ao lugar, enquanto o território àquele pertence.

Prado Júnior (1987, apud BORDO et al, 2005, p. 6) utiliza expressamente – e com maior ênfase – a vertente econômica para conceituar território. Este é sempre visto como porção territorial, palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade. Vê-se claramente a influência do materialismo-histórico. Como exemplo de

território para esta corrente podem-se citar os latifúndios, palcos de grandes disputas econômicas.

Saquet (2007) conceitua território com ênfase nos aspectos econômicos e políticos, trazendo a lume uma relação cultural dentro do conceito. Para ele, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder, engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma para o autor, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como “território nacional” sob gestão do Estado-Nação. Destaca-se na definição a consideração da natureza como indissociável ao território, levando-se em consideração a globalidade da natureza.

Em Sousa (1995, p. 96) encontramos que território é o “espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”, deixando claro a apropriação e disputa pelo poder político. Na mesma linha de pensamento o autor continua afirmando que “sempre que houver homens em interação com o espaço, estar-se-á também diante de um território”. Enfatizando assim o contexto social e o trabalho humano na apropriação do espaço, tornando possível discorrer sobre a multiplicidade territorial ao afirmar que “o território está presente em toda espacialidade social” e conclui analisando que o processo de exercício do poder leva a territorialidade.

Dentro deste contexto pode-se inferir com base em Sousa (1995, p. 96) que o território é o espaço onde ocorre apropriação/dominação, podendo ser real ou afetiva, construída, reconstruída ou vice-versa, formal e informal, onde se estabelece uma relação de poder. É um espaço físico e na política é o espaço nacional controlado pelo Estado-Nação.

Buscando conceituar com uma visão mais holística, Haesbaert (2005) analisa o território em duas dimensões: a) material e b) simbólica. Para a dimensão material, o território proveria do latim *terra territorium*, indicando a terra, o espaço sobre o qual é mantida determinada relação de poder. Um espaço físico, normalmente unifuncional, representado por relações de posse, propriedade e dominação. Dentro da dimensão material há duas vertentes: 1) jurídico-política – o território é visto como um espaço delimitado e controlado, sob o qual é exercido determinado poder, especialmente o de caráter estatal; 2) econômica – destaca-se a desterritorialização (reconhecida como precarização territorial e não desenraizamento puro) em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Já na dimensão simbólica, também denominada culturalista, o território seria sinônimo de *terra terror* (terror, aterrorizar), sendo assim, inspiraria o terror, o medo, aquilo que se tem como íntimo ao ser considerado e que inflige terror na simples possibilidade de perda. É sempre múltiplo, representado por relações de apropriação e/ou pertencimento. São priorizadas as dimensões simbólicas e subjetivas, sendo o território visto fundamentalmente como produto da apropriação realizada através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço (HAESBAERT, 2005).

Destaque-se, entretanto, não serem as dimensões analisadas excludentes. O território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico (HAESBAERT, 2005). Os motivos de sua apropriação/dominação é que variam conforme o contexto histórico, mas não há território puramente material ou puramente simbólico.

Do Território a Territorialidade

Partindo do princípio que o território é concreto e abstrato, pois representa a área física e a ação de soberania onde é exercido o poder, o que podemos chamar de jurisdição? Sousa (1995 in CASTRO et al, p. 98) faz a análise do termo territorialidade e conceitua-o como “a interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”, e estimulado por Raffestin em sua obra complementa que a territorialidade “é o comportamento espaço-territorial de um grupo social”. Nesta mesma obra Sousa (1995 in CASTRO et al, p. 99), agora inspirado em Sack define territorialidade como “um componente do poder, pois mantém a ordem e cria estratégias que perpassam parte do contexto geográfico que dotamos de significado”.

Tais definições levam a seguinte indagação: quando surge territorialidade? Examinando atitudes do dia-a-dia pode-se exemplificá-la utilizando a Escadaria do Convento de Santa Tereza na Lapa, no Rio de Janeiro, onde o chileno Juan Selarón apropriou-se de um território brasileiro para praticar sua arte, construindo um mosaico de azulejos, recebendo a contribuição de um grupo de pessoas de várias nacionalidades, transformando o território físico em território cultural, usufruindo da territorialidade sobre o espaço (BARREIRA, 2015).

Para o antropólogo Little (2002 apud OLIVEIRA, 2010, p. 2) a territorialidade é conseguida a partir de um “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland”. Ficando clara a dinâmica da territorialidade, que mesmo mudando-se a área, em ambos os casos a atuação da comunidade resulta na construção de uma territorialidade, baseada em limites e fronteiras.

Chegando a Desterritorialização

Atualmente de acordo com Bauman (2011) a maioria dos Estados deixaram para trás a fase de construção da nação, pois estão mais interessados em assimilar os estranhos que chegam. Provocando mudanças nos arranjos da vida contemporânea. Santos (2006) define que esse processo de perda pode ser caracterizado como um estranhamento e uma desculturização de determinada comunidade. Pode-se estabelecer que durante o andamento do procedimento, o ser se sente alheio naquele espaço, pois este não pertence mais ao seu comando.

36

Toda esta fluidez provocada pelo processo de globalização, acabou gerando um discurso de um mundo desenraizado, mitigando o enraizado, o território assim:

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Trata-se, portanto, de um processo onde determinada comunidade, povo ou cidadão perde o direito de exercer poder em um determinado território, passando por uma forte carga sintomática de perda de domínio de determinado local.

O que será Reterritorialização?

Assim como as representações individuais são autônomas em relação ao cérebro, substrato orgânico, as representações coletivas o são em relações as representações individuais, mas o ser humano é um ser social, e como tal, necessita de um território para poder estabelecer suas comunicações com outros entes. Pois se de um lado temos uma desterritorialização em escala geográfica, de outra teremos uma reterritorialização que para Haesbert (2002) é o processo de construção de um novo território, sendo este um espaço onde possa desenvolver relações linguísticas, comerciais, econômicas e sociais.

Carrieri e Pereira (2005) estabelecem que o ser humano, busca neste novo local criar vínculos de poder em relação aos substituídos, levando consigo uma carga sintomática e idealizada de relação com este novo espaço. Este novo território (reterritorialização) pode ser concebido com novas formas de ambientes, novas ideologias, novas variantes de espaço e tempo (ROAT; JESUS, 2012).

De acordo com Chelotti (2010) este processo cria a dinâmica T-D-R (territorialização, desterritorialização, reterritorialização) que pode ser considerado um processo natural, biológico e indutivo ou proposto, onde o ser humano estabelece ligação direta com o local que exerce poder e influência, este procedimento pode ser natural como forçado por fatores extrínsecos a sua vontade.

Sendo assim, a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização (CHELOTTI, 2010).

Multiterritorialidade

Vivemos em um mundo que de forma enervante transforma-se, mais depressa que nossa capacidade - nosso modo de pensar e falar sobre ele – e de nos adaptar. Esses fluxos constantes estão sempre se tornando em vez de serem, e raramente estão destinados a durar para sempre, com isso o processo de identidade está em constante negociação. Considerado como uma resposta ao processo de desterritorialização, pois é visto como um mito em sua forma tradicional de abordagem (desenraizamento) o conceito de multiterritorialidade tem grande contribuição efetuada por Haesbaert (2005).

A multiterritorialidade é decorrente do fenômeno T-D-R, já exposto anteriormente. Contudo, antes de adentrar ao conceito de multiterritorialidade, necessário se faz diferenciá-la, brevemente, de múltiplos territórios. Para Haesbaert (2005) há quatro categorias de territorialização em que se identificam os múltiplos territórios:

1) *territorializações mais fechadas* – quase “uniterritoriais”, impõe uma correspondência entre o poder político e a identidade cultural, ligadas ao fenômeno do territorializamos, como nos territórios defendidos por grupos étnicos que se pretendem culturalmente homogêneos. Não se admite a pluralidade de poderes e/ou identidades. Como exemplo podem ser citados alguns países ditatoriais, caso da Coreia do Norte e antigas ditaduras africanas;

2) *territorializações político-funcionais mais tradicionais* – admite-se a pluralidade cultural, todavia, não há pluralidade de poderes, tal como é no Estado-Nação;

3) *territorializações mais flexíveis* – admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva, como nos espaços multifuncionais em áreas centrais de grandes cidades, ou concomitante, encontrada quando da sobreposição de territorialidade político administrativas. É o caso da jurisdição municipal, onde há concomitantemente a jurisdição estadual e federal/nacional;

4) *territorializações efetivamente múltiplas* – onde se estaria diante do conceito estrito de multiterritorialidade, constituída por grupos ou indivíduos que constroem seus territórios na conexão flexível de territórios multifuncionais e multi-identitários.

Diferenciado os múltiplos territórios da multiterritorialidade, pode-se partir para a definição desta em seus sentidos amplo e estrito. Em sentido amplo, o fenômeno da multiterritorialidade resulta da sobreposição de territórios, hierarquicamente articulados ou “encaixados” (HAESBAERT, 2005). Cite-se, por exemplo, a política de emprego. Sendo o desemprego um problema mundial, as normas emitidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) se sobrepõem às normais nacionais, sendo estas vistas como locais, havendo uma sobreposição não excludente das normais internacionais às nacionais. Já a multiterritorialidade estritamente diz respeito a um fenômeno moderno/pós-moderno, zonal ou de territórios redes (HAESBAERT, 2005).

Para o autor a rede possui duplo caráter: territorializador e desterritorializador. O território rede consiste justamente nessa mobilidade do território, principalmente na sociedade contemporânea, marcada pelo desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação que conectam e ao mesmo tempo desconectam territórios, pois nem todos fazem parte do que se denomina “circuito formal” de trocas (HAESBAERT, 2005).

Com isso, pode-se afirmar que a multiterritorialidade implica em duas mudanças: a) quantitativa, devido a maior diversidade de territórios que se colocam ao dispor da população (ou das classes mais privilegiadas) e b) qualitativa, devido à possibilidade de intervenção e da vivência concomitante de uma enorme gama de diferentes territórios.

A multiterritorialidade (como ação ou processo) implica a possibilidade de acessar ou conectar, no mesmo local, e ao mesmo tempo, diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (HAESBAERT, 2005; OLIVEIRA 2009).

A multiterritorialidade expressa-se, portanto, na experimentação de vários territórios ao mesmo tempo, formando uma territorialização efetivamente múltipla, em que toda interação implica em uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios.

Considerações Finais

As discussões em torno do território, se comparadas aos estudos geográficos, são recentes e demandam ainda evolução de idéias na busca de um conceito. Diversos autores,

sejam estrangeiros ou nacionais, fazem suas reflexões em torno desse instituto que, de uma análise estática passou a um fenômeno dinâmico, influenciando não só os estudos geográficos, mas com grande importância nos estudos sociais, jurídicos e, talvez com maior primazia, políticos.

De um conceito que se confundia com o espaço, passou a apropriar-se de outros elementos, evoluindo de território, para uma gama de territórios representada pela multiterritorialidade, seja em sentido amplo ou estrito e vários outros conceitos e implicações.

Vários autores destacaram-se na análise do território. Algumas explicações ressaltam inclusive o contexto da globalização como fenômeno territorializador e desterritorializador simultaneamente, em outros momentos do texto é considerado também a questão do território virtual como um sinônimo do fenômeno da multiterritorialidade, como também a questão da sociedade indígena que em busca do seu território tradicional o simbolismo do território para esta cultura.

Logo, mostram-se em constante evolução os estudos sobre o território, com grandes (e necessárias) contribuições na análise dos fenômenos sociais, contudo, ainda muito há de ser estudado, não se limitando o presente esforço a dar uma visão geral sobre o tema, mas sim implantar um embrião do conhecimento na mente dos leitores e estudiosos que aqui consultam.

Referências Bibliográficas

BARREIRA, G. **Rio Tomba Escadaria Selarón, em Santa Tereza, por interesse histórico.** Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/08/rio-tomba-escadaria-selaron-em-santa-teresa-por-interesse-historico.html> > Acesso em: 30/12/2017.

BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p.272.

BORDO, A. A. et al. **As diferentes abordagens do conceito de território.** In: VI Semana de geografia, 2005, Presidente Prudente. VI Semana de Geografia, 2005. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/diferentesabordterr.pdf> >. Acesso em: 30/12/2017.

CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas.** 7. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

CARRIERI, A. P.; PEREIRA, D. C. **Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações.** RAE-eletrônica, v. 4, jan/jul 2005.
CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do Estado. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, p. 115-125, abr 2011.

CHELOTTI, M. C. **Reterritorialização e identidade territorial.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 2, n. 1, abr. 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. São Paulo. **Anais.** São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792. Disponível em: <www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf>. Acesso em: 30/12/2017.

40

OLIVEIRA, D. F. **Navegando pelo tubo: a comunicação individual de massa e os vídeos transmitidos pelo usuário comum.** 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Departamento de Comunicação Social, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC Rio, Rio de Janeiro. 2009.

OLIVEIRA, L. F. **O conceito de território e o primeiro processo de territorialização do estado do Maranhão e Grão-Pará – século XVII.** Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia, Goiânia, v. 1, p. 26-36, dez 2010.

ROAT, L. A.; JESUS, T. S. A. **Romeu e Julieta no Twitter: por uma reterritorialização das artes cênicas na pós-modernidade.** Gambiarra, Niterói, n. 4, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/gambiarra/edicao_04/pdf/Gambiarra_4_pag_38_47.pdf>. Acesso em: 16 abr 2013.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: UNEUSP, 2006.

SAQUET, M. A. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** Geosul, (UFSC), v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SOUSA, M. J. L. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 352.

SOUZA, J. L. **Da desterritorialização ao território simbólico: o caminho de uma sociedade indígena rumo ao seu território tradicional.** Caminhos da Geografia, Uberlândia, v. 8, n. 23, p. 73-80, out 2007.

THÉRY, H. **Globalização, desterritorialização e reterritorialização.** Revista da ANPEGE, São Paulo, v. 4, p. 89-96. 2008.